338.981
E63
TRA
DES
Cos - Urb

M.P.C.G. - Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada - (IPEA)
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

(Visão Quantitativa)

Manoel Augusto Costa

1. O processo de Urbanização que vem se registrando na América Latina, e em particular no Brasil, tem sido apontado como um dos fenômenos de maior relevância no processo de desenvolvimento.

2. Na sua evolução temporal e espacial, atuam simultâneamente fatôres de variada gama, caracterizando-o como um processo complexo e multidimensional.

3. Dentre êsses fatôres, se inclui o demográfico, cujas características, níveis e tendências, refletem e incidem diretamente na sua evolução.

4. Como primeira aproximação ao estudo e análise da urbanização, torna-se portanto indispensável efetuar sua avaliação em têrmos demográficos. Apesar da insuficiência das estatísticas disponíveis, que impede cobrir todos os ângulos da temática, consideramos que a análise da evolução e distribuição da população urbana, é relevante e indispensável nessa introdução.

5. Êste intróito a análise detalhada do fenômeno, deverá fornecer subsídios complementares à formulação de perspectivas futuras do processo e portanto, melhores bases para sua projeção.

6. A primeira etapa dêste estudo pràticamente concluída, colimou os seguintes objetivos.

I) Caracterizar e dimensionar quantitativamente a evolução da população urbana a partir de 1940.

II) Inferir, empìricamente, leis de evolução e aspectos diferenciais da população urbana, classificada regionalmente.

III) Procurar uma lei que permita explicar e descrever, analìticamente, a distribuição da população urbana, segundo a categoria (tamanho) dos aglomerado, de forma a contar com instrumento satisfatório para estimativas no futuro.

IPEA
407

Doação 3,00

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICO-SOCIAL APLICADA
(IPEA)
F N.º 3787
Data 23 / 10 / 69

7. A fonte básica de dados, foram os recenseamentos demográficos de 1940, 1950 e 1960.

8. Considerando a relevância do assunto e o fato de que outras abordagens deverão ser efetuadas por outras equipes do IPEA, decidimos reproduzir êste relatório sintético, com o objetivo de divulgar internamente no Instituto, os primeiros resultados obtidos, acompanhados de pequenos comentários.

9. O trabalho, ainda em desenvolvimento, admitirá alguns testes estatísticos e outras elaborações, efetuadas a partir dos dados básicos, antes da elaboração de um relatório analítico final.

10. O Setor de Demografia, ao divulgar êstes dados, espera contar com a colaboração dos demais setores e equipes, solicitando para tal, críticas e sugestões.

11. No trabalho são desenvolvidas bàsicamente três temas:

I) Aglutinação Urbana.

II) Níveis de Urbanização.

III) Crescimento das cidades.

12. Os dados elaborados, base das análises são apresentados após a Análise dos Resultados.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

I - QUANTO A AGLUTINAÇÃO URBANA

Um dos primeiros aspectos considerados, se relaciona à aglutinação urbana, isto é, à distribuição da população urbana segundo a categoria dos aglomerados (medida em função do tamanho).

Os aglomerados foram classificados segundo o porte, conferindo-se para facilitar comentários e considerações, a seguinte nomenclatura.

TAMANHO (1.000 Habitantes)	CLASSIFICAÇÃO	ABREVIAÇÃO
Menos de 20	Pequeno porte	PP
De 20 a 100	Porte médio inferior	PMI
De 100 a 500	Porte médio superior	PMS
De 500 a 1.000	Grande porte	GP
1.000 e mais	Metrópole	ME

Na convenção adotada não se cogitou dos aspectos qualitativos dos aglomerados, obedecendo-se ùnicamente aos quantitativos populacionais.

A observação da Tabela I permite as seguintes observações:

- A aglutinação urbana segundo o porte dos aglomerados sofreu modificações substanciais desde 1940.

A população aglutinada em núcleos de pequeno porte vem declinando contìnuamente, representando em 1960, apenas 38% do total urbano nacional. Em 1940 ela representava pouco mais da metade. Igual tendência, embora menos acentuada, se verifica na percentagem de pessoas aglutinadas nas metrópoles (Rio e São Paulo), que diminuiu de 26% para 20% no transcurso do vintênio.

- No ano-base de observação, inexistiam aglomerados de Grande Porte (500 mil e um milhão de habitantes). Em 1960, eram em número de três (3) os núcleos dessa categoria, e já aglutinavam 8,4% do volume demográfico urbano nacional.

- O percentual de pessoas em núcleos PM, (21%, em 1960) apresentou tendência à elevação constante no período, conferindo às cidades dêsse porte, crescente aumento de importância demográfica.

- A observação do ritmo de crescimento dos volumes demográficos aglutinados nos núcleos classificados segundo a categoria, o que chamaremos de - taxa de aglutinação se constitui em elemento auxiliar para descrição e análise das modificações na distribuição.

- O decênio 1940/50 teria se caracterizado pela maior aglutinação em núcleos MI e GP e ME (em conjunto). No decênio posterior essa aglutinação teria sido maior nos núcleos PMS (100 a 500 mil habitantes).

- Em linhas gerais, podemos considerar ter havido tendência de aumento de aglutinação em cidades de Porte Médio ou, em outras palavras, diminuição do ritmo de concentração urbana em grandes cidades.

- Êste fenômeno, indicaria a ação conjunta de inúmeros fatores, e no caso de manutenção temporal, deverá ter importantes repercussões na própria distribuição espacial da população e na dessaturação das Metrópoles. Ainda assim, ao identificar nominalmente as cidades classificadas como Médias, verificamos que inúmeras pertencem às áreas de influência das Metrópoles Nacionais (São Paulo e Rio). Isto significa tendência para aumento demográfico das áreas metropolizadas ou metropolitanas, com incremento mais acelerado dos núcleos periféricos, e também, a tendência de metropolização em outras regiões, pelo surgimento e crescimento de cidades de Grande Porte (Recife, Belo Horizonte Pôrto Alegre, ...).

- As anotações realizadas até aqui, foram efetuadas com apoio nos valôres relativos (taxa de aglutinação), porém observando os valôres absolutos, podemos agregar mais alguns fatos relevantes.

Em ambos os períodos, o crescimento urbano resultou na maior aglutinação (em valôres absolutos) em núcleos de menos de 20 mil habitantes (apesar de estarem perdendo importância relativa, como já foi assinalado, e a taxa de aglutinação para essa categoria, ter sido pràticamente, a menor em ambos os períodos).

No decênio 50/60, há certa relação inversa entre o volume de aglutinação e o porte dos núcleos, embora tenhamos verificado que a maior taxa de aglutinação correspondia às cidades PMS.

- Finalmente, cabe ressalvar que a aglutinação em 1960, ainda indica a maior importância demográfica dos núcleos de Pequeno Porte, isto é, aquêles que apresentam características econômicas e sociais não muito distintas da vida tìpicamente rural.

Os núcleos GP apresentam ainda pequena expressão demográfica global, ao aglutinar apenas 8,4% da população urbana total, embora altamente concentrados em duas cidades.

As tentativas para obter leis que permitam descrever analìticamente a distribuição da população urbana segundo a categoria dos núcleos de aglutinação, têm sido inúmeras. Dentre as mais conhecidas e aceitas, está a função Log-Normal com suas variações (truncadas).

Para grande parte dos países do mundo, análises indicam que se pode aceitar que a distribuição da população urbana assume formas aproximadas a Log-Normal, variando desde o que se convencionou denominar distribuições dos tipos Primaz e Intermediário até o Log-Normal pròpriamente dito.

A distribuição Log-Normal apresenta boa aderência no caso brasileiro. Neste trabalho efetuamos essa experimentação, verificando qual a distribuição da população urbana, localizada em núcleos menores de um milhão de habitantes, excluídas, no entanto as cidades do Rio e São Paulo; únicas de porte superior a êsse limite desde 1940, ambas situadas na região Sudeste. Procuramos assim, separar os efeitos de polarização dessas duas metrópoles, facilitando as comparações regionais.

Assim sendo, parte das diferenças existentes entre as distribuições dessa região e as demais, pode ser atribuída a polarização das mencionadas metrópoles, e parte a outras causas intrínsecas ao processo regional.

A primeira observação notável, consiste no fato de que, mesmo excluindo Rio e São Paulo, se verifica boa aderência da distribuição Log-Normal para o Brasil, nos três anos censitários.

Para tôdas as regiões sem exceção e a partir de 1940, se verificariam formas aproximadas da Log-Normal. Com o propósito no entanto de assinalar as mínimas diferenças porventura existentes, podemos pensar com base nos graus de ajustamentos, e com apoio nas formas anteriormente mencionadas, que a região Norte se aproximaria a uma forma dita Primaz, enquanto que a Nordeste tenderia à Log-Normal, através variações de uma Intermediária e demais se aproximam com maior rigor à Log-Normal.

Vale ressaltar uma vez mais, que esta figura de que lançamos mão, não é rigorosa e serve apenas para ilustrar as diferenças das distribuições, já que em têrmos estatísticos, aceitamos a Log-Normal como boa ajustante para tôdas as regiões em todos os anos.

As regressões efetuadas entre o Logaritmo da categoria dos aglomerados e a abcissa da Normal correspondente à área da distribuição populacional, para tôdas as regiões nos três últimos anos censitários, apresentam variações modestas no tempo e significativas entre as regiões (vide Tabela II).

Apesar das diferenças, não parece haver relação entre os parâmetros dessas retas e o nível de desenvolvimento econômico.

Após serem efetuados testes, pode-se afirmar que não há correlação entre a inclinação das retas e o nível de urbanização (calculado segundo forma que será apresentada adiante). Ao que parece, a reta de regressão se inclina em função de fatôres endógenos à região, sem relação de dependência direta com aspectos gerais do processo.

Os resultados obtidos com essas regressões, apesar de não se constituírem em elementos decisivos para demarcação de diferenças regionais do processo, se conformam como instrumentos da maior utilidade para extrapolações e estimativas futuras da distribuição da população urbana, principal objetivo do desenvolvimento deste caso.

II - NÍVEIS DE URBANIZAÇÃO

Usualmente utiliza-se a proporção de pessoas urbanas, como indicador do nível de urbanização de uma área. Alguns estudiosos têm no entanto experimentado outras formas, nas quais o Índice de Urbanização é definido pelo produto entre a proporção de pessoas urbanas e o tamanho urbano médio. (*)

Êsse índice, além de ser mais sensível e mais amplo do que o usual, apresenta ainda a vantagem de refletir a própria distribuição e dimensão da teia urbana. Sendo obtido mediante o produto de dois fatôres, permite a análise segundo os mesmos, o que certamente corresponde a um maior detalhamento na análise.

O Índice é calculado com base apenas na população urbana aglutinada em núcleos de 20 mil e mais habitantes. A adoção deste limite, envolve implicitamente a idéia de que êsse seria o limite mínimo urbano.

A Tabela III nos dá o Índice para todos os Estados e Regiões= Geo-Econômicas do Brasil a partir de 1940.

Verifica-se, com base nesse índice, que apesar da urbanização ter sido crescente desde 1940, seu ritmo teria sido maior entre 1940/50 do que entre 1950/60.

Êsse arrefecimento urbano teria decorrido do menor incremento do tamanho urbano médio nesse decênio, já que o percentual (1º fator da fórmula) teria aumentado mais ràpidamente.

(*) Êste índice foi proposto por Eduardo E. Arriaga, membro da equipe de Demografia da Universidade de Berkeley, a aplicação dêste índice neste trabalho é todavia consideravelmente distinta.

No trabalho do Sr. Eduardo E. Arriaga, o índice é calculado para a maioria dos países do mundo, com base porém nas áreas metropolitanas e não no tamanho urbano médio dos núcleos.

Decidimos efetuar o cálculo com base apenas nos aglomerados, não apenas pelas dificuldades em definir objetivamente as áreas metropolitanas do país, mas também, porque queríamos garantir comparação estadual. A adoção do critério de áreas metropolitanas, implicaria necessàriamente em considerar nula a urbanização da maioria dos Estados da Federação, mesmo em 1960.

O objetivo usual, em trabalhos dessa natureza, é o de procurar uma ordenação dos estados ou países em relação ao fenômeno, isto é, uma idéia das diferenças de grandeza observadas entre êles. Assim sendo, ambas colocações se afiguram válidas, dependendo, em todo caso, dos objetivos fixados.

Em têrmos práticos, êsse resultado indica que o processo teria se caracterizado nos anos de 40, principalmente pela inflação dos núcleos de Grande Porte e Metrópole. No decênio seguinte, pelo maior crescimento populacional dos núcleos de menor categoria (acima de 20 mil habitantes no entanto).

O índice de urbanização adotado permite visualizar amplas diferenças espaciais do processo, sendo evidentemente maior no Sudeste.

Caso admitamos as diferenças dos índices como bom indicador das diferenças do processo, temos a concluir que o Sudeste teria se distanciado mais da segunda região mais urbanizada no decurso do vintênio.

Considerando simplesmente a porcentagem de pessoas urbanas em 1960, quase não haveria diferença entre o Centro Oeste e o Nordeste (14% contra 16%). Considerando o índice de urbanização, nota-se que o Nordeste tem nível de urbanização pràticamente 4 vêzes maior.

A aplicação do coeficiente de correlação ordinal de Kendall, entre a porcentagem de população urbana e o índice de urbanização resulta em 0,86. Êste resultado indica que pràticamente não há diferença na ordenação dos Estados, segundo um ou outro critério, embora seja mais visível através das diferenças dos valôres do nôvo índice.

Para confirmar as tendências assinaladas, calculamos a Concentração Urbana através o Coeficiente de Desigualdade para todos os Estados e Regiões, desde 1940.

Verifica-se na Tabela IV, que apesar de ter sido contínuo o crescimento do Coeficiente, seu aumento foi menos intenso entre 50/60 do que entre 1940/50.

Isto significa que o processo foi, comparativamente, menos concentrador entre 50/60 do que entre 40/50, daí o tamanho urbano médio ter apresentado menor taxa de crescimento nos anos de 50 do que nos de 40.

A Tabela IV mostra haver importante concentração urbana em tôdas as regiões, sendo no entanto maior no Sudeste e Norte. Nas demais regiões, o processo seria menos concentrador.

III - CRESCIMENTO DAS CIDADES

Dentre os elementos relevantes, objeto do estudo, se inclui a decomposição do crescimento demográfico urbano nos dois períodos intercensitários, segundo a categoria dos aglomerados, cujos dados constam da Tabela V.

Verifica-se que à exceção das Metrópoles, que tiveram taxa de crescimento demográfico constante no vintênio, ocorreu maior aceleração de evolução entre 1950/40 do que no decênio anterior, para tôdas as categorias urbanas.

No decênio de 40 houve maior homogeneidade entre as taxas do que entre 1950/60. No primeiro período intercensitários as Metrópoles se constituiram nos núcleos de maior crescimento e entre 1950/60, a maior evolução se deu nos núcleos de Porte Médio (20 a 50 mil habitantes), confirmando uma vez mais as observações feitas com base no Índice de Urbanização.

A comparação regional do crescimento urbano deve ser efetuada considerando o tamanho do núcleo no próprio plano regional, e não em escala nacional.

Houve importantes diferenças regionais, tanto em têrmos dos valôres assumidos pelas taxas de crescimento, quanto à categoria urbana de maior evolução.

Entre 1940/50, a maior polarização populacional nas regiões Norte e Sul, se deu nos maiores núcleos em plano regional. Nas demais regiões, o maior crescimento demográfico verificou-se nos núcleos de porte médio.

Entre 50/60 a polarização foi consideràvelmente distinta em tôdas as regiões. Na região Norte o maior crescimento correspondeu aos núcleos de pequeno porte (5 a 10 mil habitantes), enquanto que no Sudeste e Sul, nos núcleos de grande porte em escala regional (500 a 1000 mil habitantes).

Em resumo, não parece haver tendência marcada de evolução da população urbana segundo a categoria dos aglomerados.

Para cada região e o país globalmente, é possível obter elementos que contribuem para explicação e compreensão da evolução passada, mas de pouca utilidade estatística para suporte de projeções.

DEMOGRAFIA
ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E REGIONAL

Rio, Setembro, 1969.

TABELA I

DISTRIBUIÇÃO, PORTE DOS AGLOMERADOS, INCREMENTO E TAXA DE AGLUTINAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO O PORTE DOS AGLOMERADOS

ANO	PORTE DOS AGLOMERADOS (1 000 pessoas)					
	Menos 20 Pequeno	20 - 100 Médio Inferior	100 - 500 Médio Superior	500 - 1 000 Grande	1 000 e mais Metrópole	Total
1940	6 559	1 906	1 636	-	2 777	12 879
	(50,9)	(14,8)	(12,7)	(-)	(21,6)	(100,0)
Δ	1 723 ↓ 2,0%	1 713 ↓ 9,0%	404 ↓ 2,5%	512 ↓ ...	1 543 ↓ 5,6%	5 895 ↓ 4,6%
	(29,3)	(29,0)	(6,8)	(8,7)	(26,2)	(100,0)
1950	8 282	3 619	2 040	512	4 320	18 774
	(44,1)	(19,3)	(10,9)	(2,7)	(23,0)	(100,0)
Δ	3 751 ↓ 4,5%	2 993 ↓ 8,3%	2 202 ↓ 10,8%	2 168 ↓ 42,3%	2 068 ↓ 4,8%	13 182 ↓ 7,0%
	(28,4)	(22,7)	(16,7)	(16,4)	(15,7)	(100,0)
1960	12 033	6 612	4 242	2 680	6 388	31 956
	(37,6)	(20,7)	(13,3)	(8,4)	(20,0)	(100,0)

NOTA: - Os valôres entre parênteses representam a proporção em relação ao total do ano ou período.

- Os valôres com o sinal %, indicam o crescimento no período, do volume populacional nos aglomerados do porte indicado - denominamos a êste valor de taxa de aglutinação.

- Os valôres absolutos na linha das chaves, indicam o incremento absoluto em cada classe de aglomerados.

TABELA II

RETAS DE REGRESSÃO E COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO POR REGIÕES COM AGLOMERADOS DE MENOS DE 1 MILHAO DE HABITANTES

REGIÃO	ANO					
	1940		1950		1960	
	r	Reta	r	Reta	r	Reta
NORTE	0,9436	0,6505 x - 2,9620	0,9650	0,7165 x - 3,2144	0,9694	0,8054 x - 3,6279
C. OESTE	0,9945	1,5495 x - 5,3791	0,9865	1,3915 x - 5,0800	0,9915	1,2036 x - 4,8459
NORDESTE	0,9679	0,9209 x - 3,7501	0,9770	0,9347 x - 3,9803	0,9762	0,9253 x - 4,1377
SUDESTE	0,9956	1,3051 x - 5,1192	0,9985	1,2845 x - 5,2169	0,9987	1,2108 x - 5,2847
SUL	0,9934	1,0167 x - 4,1837	0,9947	1,0590 x - 4,4805	0,9823	1,0508 x - 4,6976
REGIÃO I	0,9811	0,9188 x - 3,7224	0,9790	0,9391 x - 3,9627	0,9811	0,9458 x - 4,1897
REGIÃO II	0,9979	1,2529 x - 4,9556	0,9986	1,2087 x - 4,9667	0,9985	1,1399 x - 5,0003
BRASIL	0,9926	1,0981 x - 4,3872	0,9947	1,1105 x - 4,6015	0,9947	1,1114 x - 4,6053

Nota: Regressão: $y = ax + b$ onde y = Logaritmo da dimensão do aglomerado.
x = abcissa da Normal correspondentes a distribuição da população urbana, segundo o tamanho dos Aglomerados.

TABELA III

ÍNDICE DE URBANIZAÇÃO

(1 000)

ESTADOS E REGIÕES	1940			1950			1960		
	Pop. Urbana	Tamanho Urb. Médio (1 000)	Índice	Pop. Urbana	Tamanho Urb. Médio (1 000)	Índice	Pop. Urbana	Tamanho Urb. Médio (1 000)	Índice
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	0,1526	67	10	0,1743	90	16	0,2136	154	3[illegible]
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	0,1743	165	29	0,2005	225	45	0,2482	338	8[illegible]
Amapá	-	-	-	-	-	-	0,4004	27	[illegible]
NORTE	0,1583	136	21	0,1707	186	32	0,2178	273	5[illegible]
Maranhão	0,0475	59	3	0,0503	80	4	0,0500	125	6
Piauí	0,0696	28	2	0,0780	43	3	0,1108	83	[illegible]
Ceará	0,0786	124	10	0,1091	152	16	0,1680	247	[illegible]
Rio Grande do Norte	0,0670	51	3	0,0979	95	9	0,1669	131	[illegible]
Paraíba	0,0738	59	4	0,0945	81	8	0,1486	110	16
Pernambuco	0,1410	279	39	0,1973	398	78	0,2722	568	15[illegible]
Alagoas	0,0841	80	7	0,0906	99	9	0,1206	153	18
Sergipe	0,0927	50	5	0,1048	67	7	0,1480	112	16
Bahia	0,0741	290	21	0,1046	304	32	0,1567	431	67
NORDESTE	0,0856	188	16	0,1143	240	27	0,1627	286	[illegible]
Minas Gerais	0,0480	118	6	0,0824	199	16	0,1809	263	[illegible]
Espírito Santo	0,0561	42	2	0,0856	37	3	0,1916	49	9
Rio de Janeiro	0,2086	63	13	0,3151	75	24	0,4649	104	[illegible]
Guanabara	0,8610	1 519	1 308	0,9687	2 303	2 231	0,9747	2 303	2 2[illegible]
São Paulo	0,2668	849	226	0,3556	1	0,3	0,4651	1 706	75[illegible]
SUDESTE	0,2281	947	216	0,3098	1 375	426	0,4134	1 651	68[illegible]
Paraná	0,1042	82	8	0,1012	102	10	0,1475	211	31
Santa Catarina	0,0212	25	0,5	0,0588	31	2	0,1370	46	6
Rio Grande do Sul	0,1472	156	23	0,1769	214	38	0,2800	286	80
SUL	0,1121	136	15	0,1329	175	23	0,2064	239	[illegible]
Mato Grosso	0,0533	23	1	0,1062	28	3	0,1586	50	8
Goiás	-	-	-	0,0328	40	1	0,0928	109	10
CENTRO-OESTE	0,0183	23	0,4	0,0549	31	2	0,1382	84	12
BRASIL	0,1533	683	105	0,2020	984	199	0,2807	1 225	344

TABELA IV

ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO URBANA

(Coeficiente de Desigualdade)

ESTADOS E REGIÕES	1940	1950	1960
Rondônia	...	0,6911	0,6371
Acre	0,2953	0,4146	0,5017
Amazonas	0,6607	0,6801	0,5147
Roraima	...	—	0,6576
Pará	0,6620	0,6789	0,6886
Amapá	—	0,6013	0,7207
NORTE	0,6478	0,6641	0,6779
Maranhão	0,4202	0,5049	0,4037
Piauí	0,4746	0,4910	0,5578
Ceará	0,5654	0,5925	0,6352
Rio Grande do Norte	0,4997	0,5179	0,5526
Paraíba	0,5396	0,5463	0,5774
Pernambuco	0,6145	0,4276	0,6756
Alagoas	0,4734	0,4954	0,5183
Sergipe	0,3826	0,4452	0,5166
Bahia	0,5453	0,5590	0,5714
NORDESTE	0,5548	0,5868	0,5976
Minas Gerais	0,4869	0,5385	0,5770
Espírito Santo	0,5852	0,6016	0,6463
Rio de Janeiro	0,6550	0,6955	0,7155
Guanabara	—	—	—
São Paulo	0,6599	0,6946	0,7098
SUDESTE	0,6598	0,7055	0,7164
Paraná	0,5961	0,5636	0,5960
Santa Catarina	0,5524	0,5731	0,6151
Rio Grande do Sul	0,6566	0,6673	0,6986
SUL	0,6319	0,6197	0,6545
Mato Grosso	0,5584	0,6550	0,6118
Goiás	0,4267	0,4414	0,5047
CENTRO-OESTE	0,4803	0,4930	0,5642
BRASIL	0,6239	0,6529	0,6800

TABELA V

CRESCIMENTO GEOMÉTRICO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA SEGUNDO A CATEGORIA DO AGLOMERADO NO ANO BASE DE CADA PERÍODO

REGIÃO	CATEGORIA DO AGLOMERADO (1.000)													
	5 - 10		10 - 20		20 - 50		50 - 100		100 - 500		500 - 1.000		1.000 e	
	1940/50	1950/60	1940/50	1950/60	1940/50	1950/60	1940/50	1950/60	1940/50	1950/60	1940/50	1950/60	1940/50	1
NORTE	2,40	6,74	-	6,19	-	-	3,03	5,48	3,26	4,74	-	-	-	
C. OESTE	3,42	4,34	5,87	8,60	3,26	9,45	-	-	-	-	-	-	-	
NORDESTE	2,79	4,54	3,71	4,14	5,10	5,96	3,86	4,86	3,98	5,55	-	4,54	-	
SUDESTE	3,18	6,01	3,33	6,24	3,64	6,47	2,79	6,30	4,57	2,85	-	6,53	3,93	
SUL	3,49	6,01	3,71	6,60	2,55	5,61	3,11	3,73	3,80	9,11	-	5,06	-	
BRASIL	3,18	3,66	3,64	5,96	3,64	6,36	3,26	5,55	3,38	5,06	-	5,12	3,93	3